

INSTRUÇÕES

1. Confira, abaixo, o seu número de inscrição, turma e nome. Assine no local indicado.
2. Aguarde autorização para abrir o caderno de prova. Antes de iniciar a resolução das questões, confira a numeração de todas as páginas.
3. A prova desta fase é composta de 10 questões discursivas de Filosofia.
4. As questões deverão ser resolvidas no caderno de prova e transcritas na folha de versão definitiva, que será distribuída pelo aplicador de prova no momento oportuno.
5. A interpretação das questões é parte do processo de avaliação, não sendo permitidas perguntas aos aplicadores de prova.
6. Ao receber a folha de versão definitiva, examine-a e verifique se o nome impresso nela corresponde ao seu. Caso haja qualquer irregularidade, comunique-a imediatamente ao aplicador de prova.
7. As respostas das questões devem ser transcritas **NA ÍNTEGRA** na folha de versão definitiva, com caneta preta.

Serão consideradas para correção apenas as respostas que constem na folha de versão definitiva.

8. Não serão permitidas consultas, empréstimos e comunicação entre os candidatos, tampouco o uso de livros, apontamentos e equipamentos eletrônicos ou não, inclusive relógio. O não cumprimento dessas exigências implicará a eliminação do candidato.
9. Não será permitido ao candidato manter em seu poder relógios e aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, *tablet*, calculadora, agenda eletrônica, MP3 etc.), devendo ser desligados e colocados **OBRIGATORIAMENTE** no saco plástico. Caso essa exigência seja descumprida, o candidato será excluído do concurso.
10. O tempo de resolução das questões, incluindo o tempo para a transcrição na folha de versão definitiva, é de 2 horas e 30 minutos.
11. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização para entregar o caderno de prova, a folha de versão definitiva e a ficha de identificação.

Conhecimentos Específicos

FILOSOFIA

DURAÇÃO DESTA PROVA: 2 horas e 30 minutos

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

TURMA

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

CÓDIGO

O texto a seguir é referência para as questões 01 e 02.

“... não é fácil determinar de que maneira, e com quem e por que motivos, e por quanto tempo devemos encolerizar-nos; às vezes nós mesmos louvamos as pessoas que cedem e as chamamos de amáveis, mas às vezes louvamos aquelas que se encolerizam e as chamamos de viris. Entretanto, as pessoas que se desviam um pouco da excelência não são censuradas, quer o façam no sentido do mais, quer o façam no sentido do menos; censuramos apenas as pessoas que se desviam consideravelmente, pois estas não passarão despercebidas. Mas não é fácil determinar racionalmente até onde e em que medida uma pessoa pode desviar-se antes de tornar-se censurável (de fato, nada que é percebido pelos sentidos é fácil de definir); tais coisas dependem de circunstâncias específicas, e a decisão depende da percepção. Isto é bastante para determinar que a situação intermediária deve ser louvada em todas as circunstâncias, mas que às vezes devemos inclinar-nos no sentido do excesso, e às vezes no sentido da falta, pois assim atingiremos mais facilmente o meio-termo e o que é certo.”

Aristóteles. *Ética a Nicômaco*. Livro II. São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 150 (Col. Os Pensadores).

01 - Uma vez que Aristóteles antes define as virtudes como disposições de caráter e, na passagem acima, acrescenta que as virtudes situam-se num “meio-termo”, de que modo devem ser definidos os vícios? Por quê?

02 - Agir de modo virtuoso é, segundo Aristóteles, agir sempre do mesmo modo? Por quê?

O texto a seguir é referência para a questão 03.

“O paradigma que ele adquiriu graças a uma preparação prévia fornece-lhe as regras do jogo, descreve as peças com que se deve jogar e indica o objetivo que se pretende alcançar. A sua tarefa consiste em manipular as peças segundo as regras de maneira que seja alcançado o objetivo em vista. Se ele falha, como acontece com a maioria dos cientistas, pelo menos na primeira tentativa de atacar um problema, esse fracasso só revela a sua falta de habilidade. As regras fornecidas pelo paradigma não podem então ser postas em questão, uma vez que sem essas regras não haveria quebra-cabeças para resolver. Não há, portanto, dúvidas de que os problemas (ou quebra-cabeças), pelos quais o praticante da ciência madura normalmente se interessa, pressupõem a adesão profunda a um paradigma. E é uma sorte que essa adesão não seja abandonada com facilidade. A experiência mostra que, em quase todos os casos, os esforços repetidos, quer do indivíduo, quer do grupo profissional, acabam finalmente por produzir, dentro do âmbito do paradigma, uma solução mesmo para os problemas mais difíceis. Esta é uma das maneiras pela qual avança.”

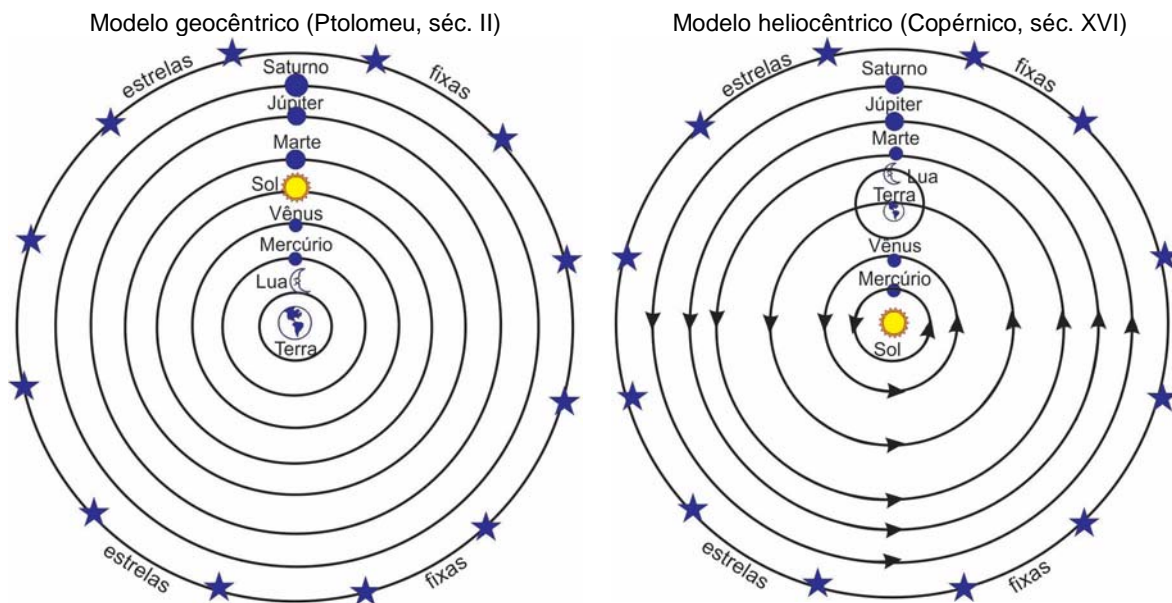
KUHN, Thomas, “A Função do Dogma na Investigação Científica”, p. 45-46. <http://hdl.handle.net/1884/29751>.

03 - Por que, para Kuhn, é uma sorte que a adesão a um paradigma não seja abandonada com facilidade?

O texto a seguir é referência para as questões 04 e 05.

“Embora o acolher de um paradigma pareça historicamente uma pré-condição para investigação científica mais eficaz, os paradigmas que aumentam a eficácia da investigação não necessitam ser, e geralmente não são, permanentes. Pelo contrário, no esquema de desenvolvimento das ciências maduras vai-se passando, em regra, de um paradigma para outro. [...] [O] praticante de uma ciência madura sabe com precisão razoável a que tipo de resultado pode chegar com a sua investigação. Em consequência disso, está em posição especialmente favorável para detectar um problema de investigação que saia do esperado. Por exemplo, [...] como Copérnico, [...] pode concluir que os fracassos repetidos dos seus antecessores, ao ajustar o paradigma à natureza, é evidência inescapável da necessidade de mudar as regras com que se tenta fazer esse ajustamento. [...] Como se vê por esses exemplos e por muitos outros, a prática científica normal de solucionar quebra-cabeças pode levar, e leva de fato, ao reconhecimento e isolamento de uma anomalia. Um reconhecimento dessa natureza é, penso eu, pré-condição para quase todas as descobertas de novos tipos de fenômenos e para todas as inovações fundamentais da teoria científica. Depois que um primeiro paradigma foi alcançado, uma quebra nas regras do jogo preestabelecido é o prelúdio habitual para uma inovação científica importante.”

KUHN, Thomas, “A Função do Dogma na Investigação Científica”, p. 48-49. <http://hdl.handle.net/1884/29751>.



04 - As imagens acima representam duas concepções científicas que se sucederam. Como Kuhn denomina esses tipos de acontecimentos e o que os caracteriza?

05 - Segundo Kuhn, apesar de presentes na história da ciência, a sucessão entre concepções científicas distintas – tal como ocorreu entre os modelos heliocêntrico e geocêntrico acima – não são episódios que deveriam ocorrer com grande frequência nas ciências maduras, tais como a astronomia. Por quê?

O texto a seguir é referência para as questões 06 e 07.

“Há ortodoxias endurecidas tanto no Ocidente como no Oriente Médio e no Extremo Oriente; entre cristãos e judeus como entre muçulmanos. Quem quer evitar a guerra de culturas precisa ter em mente a dialética inconclusa do nosso próprio processo ocidental de secularização. A ‘guerra contra o terror’ não é uma guerra, e no terrorismo também se expressa um choque desastrosamente silencioso de dois mundos que precisariam desenvolver uma linguagem comum, para além da violência muda dos terroristas e dos mísseis. Em vista de uma globalização imposta por meio de mercados sem limites, muitos de nós têm a esperança de um retorno do político sob outra forma – não a forma hobbesiana original de um Estado de segurança globalizado, ou seja, com dimensões de polícia, serviço secreto e forças militares, mas de um poder mundial de configuração civilizadora. No momento não nos resta muito mais do que a pálida esperança em alguma astúcia da razão – e um pouco de autorreflexão. Pois aquela ruptura muda cinde também a nossa própria casa. Nós só conseguiremos aferir adequadamente os riscos de uma secularização que saiu dos trilhos em outros lugares, se tivermos claro o que significa a secularização em nossas sociedades pós-seculares”.

HABERMAS, Jürgen. **Fé e saber**. Editora São Paulo: Unesp, 2013, p. 4.

06 - Com base nos próprios termos de Habermas, em que consiste o “retorno do político”?

07 - Considerando o que o autor compreende por “sociedades pós-seculares”, explique por que, para compreender “os riscos de uma secularização que saiu dos trilhos”, é preciso ter “claro o que significa a secularização em nossas sociedades pós-seculares”.

O texto a seguir é referência para a questão 08.

“A liberdade religiosa tem como contrapartida, de fato, uma pacificação do pluralismo das visões de mundo cujos custos se mostraram desiguais. Até aqui, o Estado liberal só exige dos que são crentes entre seus cidadãos que dividam a sua identidade, por assim dizer, em seus aspectos públicos e privados. São eles que têm de traduzir as suas convicções religiosas para uma linguagem secular antes de tentar, com seus argumentos, obter o consentimento das maiorias. É assim que, quando querem reclamar o estatuto de portador de direitos fundamentais para os óvulos fecundados fora do corpo materno, os católicos e protestantes procuram hoje (talvez prematuramente) traduzir a imagem e semelhança a Deus da criatura humana para a linguagem secular do direito constitucional. Mas a procura por argumentos voltados à aceitação universal só não levará a religião a ser injustamente excluída da esfera pública, e a sociedade secular só será privada de importantes recursos para a criação de sentido, caso o lado secular se mantenha sensível para a força de articulação das linguagens religiosas. Os limites entre os argumentos seculares e religiosos são inevitavelmente fluidos. Logo, o estabelecimento da fronteira controversa deve ser compreendido como uma tarefa cooperativa em que se exija dos dois lados aceitar também a perspectiva do outro. (...) O senso comum democraticamente esclarecido não é algo singular, mas algo que descreve a constituição mental de uma esfera pública *com muitas vozes*”.

HABERMAS, Jürgen. **Fé e saber**. Editora São Paulo: Unesp, 2013, p. 15-16.

08 - Uma vez que “os limites entre os argumentos seculares e religiosos são inevitavelmente fluidos”, qual é, segundo Habermas, a exigência básica para que ocorra um trabalho cooperativo entre as tradições religiosas e a tradição secular do Estado liberal? Por quê?

O texto a seguir é referência para as questões 09 e 10.

No dia 09/09/2014, o jornal *Gazeta do Povo* publicou um editorial sob o título “O papel da religião no debate público”, de onde extraímos o trecho abaixo e as seguintes manifestações dos seus leitores (com algumas adaptações):

Editorial: “Assim, a fé e as convicções inspiradas por ela não são aspectos que obrigatoriamente devam ficar restritos à intimidade de cada um; ao contrário, têm lugar no debate público quando fazem suas reivindicações usando argumentos racionais – não basta ir à rua, ou ao Congresso, ou ao Supremo Tribunal Federal, e se declarar contra ou a favor de algo ‘porque a Bíblia disse’. É justamente nisso que se funda a laicidade: que as políticas de Estado sejam baseadas em princípios racionais – independentemente de quem os defenda, o que não exclui os grupos religiosos –, e não nos dogmas desta ou daquela fé.”

Leitor 1: “Concordo com o Editorial e discordo dos que emitem opiniões sem fundamentação. Desafio-os a apresentar a base científica para afirmar que as opiniões da religião não estão baseadas na razão, mas em dogmas.”

Leitor 2: “Eu discordo totalmente da ideia apresentada no editorial e o motivo é muito simples. Vejam os senhores que argumentos científicos estão subordinados à lógica e à razão, enquanto as religiões baseiam-se em dogmas.”

Leitor 3: “Religião se baseia em um ser indeterminado e dogmas, portanto não há base racional alguma.”

Partindo dos pontos de vista defendidos pelos dois autores abaixo elencados, construa argumentos com os quais cada um deles poderia expressar sua concordância ou sua discordância com qualquer um dos pontos de vista acima defendidos, seja pelo editorial seja por qualquer um dos seus leitores.

09 - Thomas Kuhn:

10 - Jürgen Habermas:
